

arquivos analíticos de políticas educativas

Revista acadêmica, avaliada por pares,
independente, de acesso aberto, e multilíngüe



aape | epaa

Arizona State University

Volume 31 Número 102

19 de setembro 2023

ISSN 1068-2341

Educação e os Desafios para a Democracia

Fernando M. Reimers
Universidade de Harvard
EEAA

Citação: Reimers, F. M. (2023). Educação e os desafios para a democracia. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 31(102). <https://doi.org/10.14507/epaa.31.8243> Este artigo faz parte do dossiê especial, *A Educação e os Desafios para a Democracia*, editado por Fernando M. Reimers.

Resumo: Este ensaio introdutório para a edição especial “Educação e os Desafios para a Democracia” propõe que os desafios à democracia exigem um reexame da relação entre democracia e educação democrática. O ensaio descreve os desafios à democracia, como esses desafios impactam a educação democrática e como a educação pode lidar com esses desafios, seguido por um resumo de seis artigos revisados por pares que examinam a relação entre educação e democracia no Japão, Singapura, África do Sul e Estados Unidos. O ensaio conclui com uma discussão sobre a importância desses artigos para entender a relação dialética entre educação e democracia, e suas implicações para pesquisa, política e prática.

Palavras-chave: democracia; educação cívica; educação democrática; reforma educacional; desigualdade na educação

Education and the challenges for democracy

Abstract: This introductory essay for the special issue, “Education and the Challenges for Democracy,” proposes challenges to democracy call for a reexamination of the relationship of democracy to democratic education. The essay describes the challenges to democracy, how those challenges impact democratic education and how education can address those challenges, followed by a summary of six peer reviewed papers that examine the relationship of education to democracy in Japan, Singapore, South Africa and the United States. The essay concludes with a

discussion of the significance of these papers to understand the dialectical relationship between education and democracy, and their implications for research, policy and practice.

Key words: democracy; civic education; democratic education; education reform; education inequality

Educación y desafíos para la democracia

Resumen: Este ensayo introductorio para el número especial *Education and the Challenges for Democracy* (Educación y los Desafíos para la Democracia) plantea que los desafíos para la democracia requieren un reanálisis de la relación entre democracia y educación para el desarrollo de la ciudadanía democrática. El ensayo describe los desafíos para la democracia, cómo estos afectan la educación para el desarrollo de la ciudadanía democrática y cómo la educación puede abordar dichos desafíos, seguido por un resumen de seis artículos dictaminados por pares que examinan la relación entre educación y democracia en Japón, Singapur, Sudáfrica y Estados Unidos. El ensayo concluye con una discusión sobre la significación de estos artículos para comprender la relación dialéctica entre educación y democracia, así como sus implicaciones para la investigación, las políticas y la práctica educativas.

Palabras clave: democracia; educación cívica; educación para la ciudadanía democrática; reforma educativa; desigualdad educativa

Introdução: Educação e os Desafios para a Democracia

No último encontro da Academia Internacional de Educação, em setembro de 2022, os membros da Academia discutiram os desafios enfrentados pelas democracias ao redor do mundo. Durante a reunião, alguns decidiram contribuir para o debate acadêmico sobre as implicações desses desafios para a educação com uma série de ensaios que examinam vários aspectos dessa relação em contextos diversos. Nosso objetivo era estimular o debate e a reflexão entre os estudiosos da educação, bem como entre as comunidades de formuladores de políticas educacionais e profissionais da prática. Esta edição especial do *Education Policy Analysis Archives* é o resultado desse esforço. Agradecemos a receptividade dos editores da revista a este projeto, bem como a colaboração dos revisores dos artigos e o trabalho dos tradutores dos artigos em português e espanhol.

Esta introdução prepara o terreno para uma discussão mais ampla sobre os desafios atuais enfrentados pela democracia, ao conceitualizar a relação entre educação e democracia como abrangente e dialética, enfatizando então várias limitações na forma como as escolas preparam os alunos para a vida democrática, como discutido nas contribuições desta edição especial. Esses seis artigos, escritos por membros da Academia que concordaram em participar do projeto, incluem trabalhos teóricos, sínteses de pesquisas e análises secundárias de dados focados na educação e democracia em contextos nacionais como Japão, Singapura, África do Sul e Estados Unidos. Esperamos que esta coleção de artigos seja provocativa, estimulando o debate e discordâncias. Esperamos que tais deliberações estimulem mais pesquisas e contribuam para o desenvolvimento de abordagens educacionais que enfrentem as forças poderosas que, no momento, desafiam tanto a democracia quanto a educação para a democracia.

A tese central deste artigo introdutório é que existe uma relação dialética entre educação para a democracia e democracia. Essa relação molda a forma como os novos e antigos desafios à democracia influenciam as instituições educacionais. Essa interpretação da relação como dialética destaca que ela não é unidirecional ou linear, mas sim de influência recíproca, evoluindo ao longo do tempo. Evoluções na democracia influenciam a maneira como as escolas preparam os alunos para a participação. Mas as evoluções na forma como as escolas preparam os alunos para a participação

democrática também influenciam a democracia. Mudanças em qualquer uma dessas instituições (democracia e educação para a democracia) trazem mudanças na outra, tornando ambos esses processos *causa e efeito*. Essa ideia aparentemente contraditória, de que o mesmo processo pode ser causa e efeito, e que mudanças em um deles ativam mudanças no outro, é o que quero dizer com uma relação dialética entre eles.

Esse conceito de processos *dialéticos*, que levam a uma síntese que alcança um novo equilíbrio, baseia-se no trabalho do filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1812), que propôs que os desenvolvimentos históricos são resultado da progressão dialética por meio da qual novas estruturas sociais, políticas ou culturais resultam de conflitos e contradições dentro das sociedades. A dialética hegeliana criou o conceito de desenvolvimento de ideias como resultado da resolução das contradições contidas em conceitos opostos: toda ideia (tese) contém dentro dela sua ideia oposta (antítese).

De acordo com Hegel, a resolução dessa contradição leva a uma síntese - uma integração em um nível mais amplo e elevado da tese e antítese. Estou usando esse conceito de dialética para resolver a aparente contradição lógica de que se os processos democráticos causam a maneira como as escolas preparam os alunos para a participação cívica, não é possível que esta também cause os processos democráticos, porque um processo não pode ser ao mesmo tempo causa e efeito. Meu argumento é que essas duas ideias - *a democracia causa a forma como a educação prepara os alunos para a democracia e a educação que os alunos recebem para a democracia causa a democracia* - embora sejam opostas logicamente, ou seja, cada uma contém a negação da outra, são na verdade ambas verdadeiras. As tensões entre essas forças levam a formas mais elevadas de integração e síntese, enquanto a relação entre esses processos sociais evolui ao longo do tempo. Também recorro ao conceito de dialética para explicar que a maneira como a educação prepara os alunos para a democracia não é a consequência linear das demandas democráticas, mas o resultado da negociação entre contradições. Essas tensões podem resultar em uma educação deficiente para a democracia, mesmo quando a democracia exige que as escolas preparem os alunos para a participação democrática; ou, ao contrário, as escolas podem resistir aos desafios democráticos, mesmo quando tentam limitar a educação democrática.

Por exemplo, a expansão dos direitos políticos a grupos da população anteriormente negados (como mulheres, membros de minorias raciais ou religiosas) pode levar a um aumento no acesso desses grupos às instituições educacionais e a um currículo que os prepara para a participação política. Essas mudanças, por sua vez, retroalimentam o processo político, promovendo demandas aumentadas por participação e novas formas de representação como resultado das novas habilidades e disposições que esses grupos adquiriram por meio de mudanças educacionais e políticas. Mas esses aumentos na representação podem ativar reações políticas negativas de grupos que buscam preservar o status quo. Essas forças podem se traduzir em esforços para limitar a maneira como as escolas preparam novos grupos para a participação política. Dessa forma, a relação entre a política democrática e a educação democrática nunca é estática, mas sim em um movimento perpétuo, dinâmico, dialético, que leva a novas estruturas e processos. O reconhecimento dessa relação como uma que requer a resolução de tensões e contradições, é claro, não implica um ciclo inevitável de melhoria democrática contínua, pois pode haver retrocessos - tanto na própria democracia quanto na educação para a democracia.

O objetivo deste artigo é examinar como retrocessos democráticos podem levar a retrocessos na educação democrática, mas também como a educação pode resistir a esses desafios à democracia. Estruturado em quatro partes, a primeira seção examina esse conceito da relação dialética entre democracia e educação. A segunda seção demonstra essa relação, com uma discussão dos desafios enfrentados pela democracia e pela educação para a democracia, bem como a educação para a democracia poderia, por sua vez, abordar esses mesmos desafios. A próxima seção destaca os

artigos da edição especial e as maneiras como eles informam o argumento conceitual. Cada um dos artigos consistentemente destaca as limitações da educação democrática para enfrentar desafios democráticos, sugerindo que a natureza da dialética de como a educação e a democracia se relacionam em um contexto de retrocessos democráticos é de retrocessos mutuamente reforçados. O ensaio conclui com uma discussão sobre por que as instituições educacionais têm respondido aos desafios da democracia com formas diminuídas de educação democrática e o que a educação *podia fazer* para sustentar a democracia diante dos desafios atuais.

A Dialética entre Democracia e Educação

O declínio democrático e os desafios à democracia no primeiro quarto do século 21 exigem um reexame da relação dialética entre eles. Tal reexame requer uma compreensão de 1) como a educação democrática contribui para a democracia, 2) os desafios à democracia e 3) como esses desafios influenciam a educação para a democracia e, especificamente, como a educação para a democracia pode enfrentar esses desafios.

A relação dialética entre democracia e educação para a democracia reflete as naturezas fluidas tanto da democracia quanto da educação. Flutuações dentro das dinâmicas internas das instituições democráticas e nas relações entre democracia e sociedade podem refletir progresso, aprofundamento da democracia ou retrocessos. Como resultado desse fluxo, a relação da democracia com a educação evolui, assim como a própria democracia, exigindo reexame periódico para que os esforços para alinhar as instituições educacionais com os objetivos democráticos permaneçam relevantes. Por exemplo, a oportunidade de participação política exige a elevação dos padrões educacionais para refletir a maior complexidade dos assuntos públicos. Enquanto a alfabetização básica para ler jornais e outras mídias impressas conferia ampla oportunidade para o engajamento cívico há um século, o nível de conhecimento e habilidade necessário para participação cívica, em domínios que exigem compreensão de fenômenos presentes como mudanças climáticas, globalização ou implicações da inteligência artificial, é consideravelmente mais alto.

Comparações internacionais de conhecimento e habilidades dos alunos, com base em padrões que refletem os níveis esperados de funcionamento em sociedades democráticas e em economias baseadas no conhecimento, mostram que uma grande porcentagem de jovens de 15 anos possui apenas os níveis mais básicos de alfabetização, matemática e ciências (Schleicher, 2018). Para aqueles com os níveis mais baixos de habilidades cognitivas e conhecimento cívico, é improvável que compreendam como o governo democrático deve funcionar, tenham as habilidades cognitivas para responsabilizar os representantes eleitos, exigir transparência dos funcionários públicos, reconhecer desinformação e propaganda, ou tenham a agência e eficácia para sustentar a democracia quando ela é desafiada.

A democracia - um contrato social com a intenção de equilibrar liberdade e justiça - não é apenas fluida e imperfeita, mas frágil. Essa fragilidade ficou evidente nos últimos anos, de acordo com várias métricas que mostram que a democracia está em declínio em todo o mundo (Plattner, 2020). A partir de 2006, o número de países onde as liberdades diminuíram superou aqueles onde aumentaram, e essa lacuna tem aumentado desde então. Em 2020, três quartos da população mundial viviam em países onde as liberdades haviam diminuído (Repucci & Slipowitz, 2021, p. 45).

Esse declínio é produto de forças antigas e novas, cujo poder foi aumentado pelos rápidos desenvolvimentos da tecnologia, pela pandemia de COVID-19 e pelo aumento do conflito internacional. As ameaças à democracia provavelmente enfraquecerão a capacidade das escolas e universidades de preparar os alunos para a democracia. Mas a relação dialética entre democracia e educação para a democracia requer que desembaracemos a resolução das tensões e contradições resultantes do declínio democrático, com base em análises conceituais e empíricas, conforme

apresentado nos seis artigos contidos nesta edição. Para desafiar as forças que minam a democracia, escolas e universidades precisam reconhecer esses desafios e seu impacto sistêmico, e reimaginar o que precisam fazer para preparar os alunos para enfrentá-los. Embora os artigos desta edição especial não forneçam exemplos concretos de como efetuar tal mudança sistêmica, eles são um excelente ponto de partida para discussão e debate sobre essas questões.

Educação para a Democracia: Escolas

As instituições educacionais contribuem para a democracia ao proporcionar aos alunos oportunidades de desenvolver conhecimentos, habilidades e disposições que lhes permitam participar eficazmente do processo democrático. Como uma das instituições criadas para avançar o projeto do Iluminismo, as escolas públicas e universidades têm a intenção de preparar cidadãos para a autonomia e o autoaperfeiçoamento, cultivando suas habilidades de raciocínio e capacidade de trabalhar com outros em meio a diferenças. Nesse sentido, tudo o que as escolas públicas fazem contribui para educar os alunos para a democracia. Por exemplo, participar de uma democracia exige habilidades para ler com compreensão e pensar criticamente sobre o que se lê. Uma quantidade considerável de informações sobre assuntos públicos é comunicada em forma impressa, e a alfabetização é a base de grande parte do aprendizado subsequente. Da mesma forma, compreender questões de interesse público e ser capaz de participar civicamente exige a capacidade de compreender evidências científicas e fazer inferências sobre as implicações dessas evidências. Exemplos contemporâneos disso podem incluir saber como um vírus se espalha durante uma pandemia e o papel de várias estratégias de mitigação, como o uso de máscaras ou a administração de vacinas. As escolas ajudam os alunos a desenvolver as habilidades necessárias para raciocinar e entender evidências científicas.

Além de contribuírem para o desenvolvimento do pensamento crítico e da virtude cívica, as escolas também podem ensinar aos alunos como funciona o processo democrático e informá-los sobre suas vulnerabilidades. Essas formas específicas de preparar os alunos para a cidadania democrática são coletivamente chamadas de *educação cívica democrática*. A educação cívica democrática geralmente inclui o ensino sobre a história e os princípios da democracia, o arcabouço jurídico e as instituições que sustentam a vida democrática (constituições federais, o conceito de soberania popular, a importância dos direitos e liberdades individuais e a organização do governo e seu funcionamento); ensino sobre os direitos e responsabilidades dos cidadãos; proporcionar oportunidades para os alunos praticarem mentalidades e habilidades democráticas (como o pensamento crítico, a resolução de problemas e a comunicação, bem como as habilidades para participação cívica, se organizar politicamente, votar e influenciar a legislação e os representantes eleitos); e criar um clima escolar que proporcione uma experiência democrática (dando voz aos alunos, valorizando a diversidade e praticando a tolerância). A experiência e a prática de uma mentalidade democrática se beneficiam da interação com grupos diversos de alunos ao longo de várias linhas de diferença, em preparação para viver efetivamente em uma sociedade pluralista e diversa. Em alguns países, a educação cívica é uma parte fundamental do currículo ministrado a todos os alunos, enquanto em outros ela é ensinada por meio de atividades extracurriculares ou serviço comunitário (Hahn, 2010; Schulz et al., 2017).

Desafios à Democracia

Os cinco desafios tradicionais à democracia são corrupção, desigualdade, intolerância, polarização e populismo. Nos últimos anos, seus efeitos foram ampliados por três aceleradores: tecnologia, a pandemia de COVID-19 e as crescentes tensões entre vários Estados-nação, que

levaram a interferências políticas crescentes. Esses desafios, acompanhando o declínio democrático em todo o mundo, moldam e são moldados pelos ambientes escolares, e essa dinâmica exige uma reexame do papel das escolas na educação para a democracia.

Definida pela capacidade das pessoas de eleger seus líderes e influenciar como eles governam, a democracia requer um arcabouço jurídico e um conjunto de instituições que regulam um contrato social cuja legitimidade depende do consentimento dos governados. O contrato social democrático estabelece que todas as pessoas são fundamentalmente iguais e, portanto, têm o mesmo direito de participar do processo político e exigir responsabilidade. A democracia é desafiada quando aqueles eleitos para governar abusam dessa confiança pública por meio da *corrupção* ou da apropriação de recursos públicos para promover interesses privados. A corrupção compromete a democracia ao enfraquecer a noção de igualdade perante a lei e o estado de direito de forma mais geral, e ao obstruir a responsabilização (Seligson, 2002; Transparência Internacional, 2021). Quando os líderes eleitos abusam de seu poder para promover objetivos políticos privados, eles se aproximam da autocracia (Helms, 2022).

A democracia também é desafiada pela *desigualdade social e econômica*, bem como pela *desigualdade política* que podem gerar. Como um dos objetivos da democracia é manter a igualdade fundamental entre todas as pessoas, a sua legitimidade é desafiada pela desigualdade persistente. A desigualdade econômica e social também desafia a democracia quando indivíduos ou grupos de indivíduos acabam com mais oportunidades de participar do processo político devido a seus privilégios ou status. A democracia também requer a prática da tolerância, o compromisso de coexistir e reconhecer os direitos daqueles que percebemos como diferentes devido à identidade, crenças, costumes ou sentimentos (Dunn & Singh, 2014). A *intolerância política*, combinada com o abuso de poder de autoridades eleitas que buscam minar os direitos políticos de seus oponentes, é a própria definição de autocracia.

Um resultado da intolerância política é a *polarização política*, a adoção de identidades políticas em extremos ideológicos que reduzem a possibilidade de encontrar base comum com aqueles que têm opiniões políticas diferentes (Carothers & O'Donohue, 2019). O processo de adoção de opiniões políticas extremas que anulam outras dimensões da identidade e reduzem as pessoas com visões políticas diferentes a essa dimensão singular de sua identidade torna a negociação política e concessões impossíveis. A intolerância política é ampliada pelo *populismo*, uma ideologia que desafia a ideia de que os interesses das pessoas comuns podem ser representados por elites políticas. Ao favorecer uma relação direta entre líderes e o povo e promover a desconfiança nos representantes eleitos e nas instituições do governo democrático, o populismo mina a separação dos poderes fornecidos pelas leis e instituições das várias instâncias do governo que definem a democracia representativa (Deiwiks, 2009).

Nos últimos anos, três aceleradores inter-relacionados ampliaram o poder dessas cinco forças para enfraquecer a democracia: desenvolvimentos nas tecnologias de informação e computação, em particular plataformas de mídia social e inteligência artificial, a pandemia de COVID-19 e o aumento das tensões entre diversos Estados-nação, que levaram a interferências políticas estrangeiras. Os *desenvolvimentos tecnológicos* possibilitaram novas formas de poder que proporcionam às pessoas uma capacidade extraordinária de organizar, processar e disseminar informações, incluindo desinformação. Possibilitado por plataformas de mídia social e inteligência artificial, esse novo poder pode servir para propósitos socialmente construtivos que fortalecem a democracia; e também pode ser usado para minar a democracia, apoiando a polarização política e a intolerância. Ao facilitar a disseminação de informações e a organização de comunidades, as mídias e as plataformas sociais ampliaram a possibilidade de propagar ideias que não correspondem a nenhuma realidade objetiva (Bennett & Livingston, 2018). Essas ferramentas também possibilitaram a organização de grupos de pessoas com visões semelhantes, incluindo grupos que compartilham

ideias extremamente intolerantes e se opõem a normas básicas que definem um contrato social democrático, e em vez disso adotam práticas como o uso de violência contra pessoas de identidades diferentes. Os algoritmos que governam o consumo de mídias sociais podem ser usados para espalhar propaganda e desinformação, reforçar visões extremistas, desafiar a capacidade dos cidadãos de tomar decisões informadas e minar a legitimidade das instituições democráticas (Tucker et al., 2017). Avanços recentes em inteligência artificial (IA) ampliaram a capacidade de disseminar desinformação e criar câmaras de eco onde as pessoas são expostas apenas a informações que confirmam suas crenças existentes. Por exemplo, a IA pode ser usada para aumentar a vigilância, rastreamento e monitoramento das atividades individuais, e esses dados podem ser usados para reprimir a divergência ou visar opositores políticos (Manheim & Kaplan, 2019).

Os efeitos imediatos e de longo prazo da pandemia de COVID-19 também prejudicaram a democracia em todo o mundo. Enquanto os pesquisadores continuam descobrindo novas informações sobre seu impacto nos níveis local, nacional e global, sabemos que a pandemia contribuiu para o isolamento das pessoas; aumento da vigilância, censura, desigualdade e uso de mídias sociais; repressão da divergência; e enfraquecimento do estado de direito (Devine et al., 2021). A gestão e a divulgação da pandemia levaram a uma diminuição da confiança nas instituições, incluindo governos, mídia e comunidade científica. O vírus COVID-19 afetou grupos específicos de pessoas de maneira diferente e exacerbou desigualdades existentes, afetando desproporcionalmente grupos pobres e marginalizados (Mahler et al., 2022). Em alguns países, a pandemia de COVID-19 enfraqueceu o Estado de direito, pois muitos governos invocaram poderes de emergência permitindo que líderes e órgãos governamentais contornassem normas e procedimentos democráticos (Marzocchi, 2020). Essas circunstâncias facilitaram o abuso de poder pelos governos e a repressão da divergência, prendendo e processando os críticos de sua resposta à crise (Repucci & Slipowitz, 2021). Tais respostas governamentais criaram um clima de medo e intimidação, dificultando que as pessoas se manifestem contra os abusos.

Antecedendo os desafios criados pela pandemia, o *aumento dos conflitos internacionais* resultou em um aumento na influência estrangeira nos assuntos políticos internos das nações. Embora a influência estrangeira nos assuntos internos das nações não seja nova, novas formas de influência tecnológica (como o uso de chatbots e plataformas de mídia social para disseminar informações falsas e fomentar divisões entre a população) e o aumento dos conflitos entre nações democráticas e autoritárias aumentaram a vulnerabilidade das sociedades democráticas à interferência estrangeira. Essa interferência inclui financiar campanhas políticas, disseminar propaganda e desinformação, aumentar as divisões na sociedade, fomentar a desconfiança no governo e nas instituições democráticas, hackear o processo eleitoral para contar e relatar votos, e usar coerção econômica para influenciar ou fomentar a corrupção entre os políticos eleitos.

Respostas Dialéticas à Queda Democrática

A primeira ordem de efeitos dessas forças que minam a democracia é restringir a capacidade das instituições educacionais de educar para a democracia. Mas uma segunda ordem de efeitos resulta dos conflitos e tensões gerados por essas forças, as respostas dialéticas nas quais as instituições educacionais poderiam contrapor esses efeitos de primeira ordem, educando os alunos sobre esses mesmos desafios e cultivando suas habilidades para resistir a eles.

Esse tipo de segundo efeito de resistência a esses desafios exige compreender a natureza sistêmica e mutuamente reforçada dos cinco desafios e três aceleradores discutidos anteriormente; portanto, uma resposta eficaz requer abordá-los como um todo interdependente. Por exemplo, a corrupção pode minar a educação para a democracia quando os recursos para apoiar a educação são apropriados para fins privados. Esse desvio de recursos públicos priva os alunos de oportunidades

de aprendizado, limitando o acesso e a qualidade (Dridi, 2014; Hallak & Poisson, 2005). Mas essa corrupção na educação também mina a confiança nas instituições, incluindo escolas e universidades, e, portanto, na democracia. O efeito corroedor da corrupção na confiança institucional aumenta à medida que o nível de educação das pessoas aumenta, o que sugere que, à medida que as pessoas se tornam mais educadas, sua sensibilidade à corrupção é ampliada (Hakhverdian & Mayne, 2012).

No entanto, a educação também pode combater a corrupção, principalmente formando uma cidadania mais informada que entende como o governo democrático deve funcionar e que tem meios para responsabilizar os representantes eleitos pela transparência e participação política. As habilidades de pensamento crítico que as instituições educacionais podem cultivar protegem as pessoas do engano e manipulação de líderes e funcionários corruptos. A captura privada da autoridade sobre as escolas também pode ser usada para avançar visões intolerantes ou extremistas ou minar oportunidades de promover o pensamento crítico (por exemplo, conselhos escolares que buscam eliminar do currículo textos que oferecem relatos críticos sobre racismo e intolerância) e oferecer vantagens a alguns grupos em relação a outros (por exemplo, filhos de pais que podem pagar para viver em comunidades de maior renda frequentam escolas de maior qualidade). Opondo-se ao avanço da intolerância resultante da corrupção, a educação democrática promove o respeito pelos direitos humanos de todos e pelo estado de direito, fortalecendo assim o funcionamento das instituições democráticas. Quando as pessoas são tolerantes e respeitosas com os outros, é menos provável que se envolvam em práticas corruptas.

Em outro exemplo, a intolerância (Anti-Defamation League, 2023) e a polarização política são problemas nas escolas que muitas vezes andam de mãos dadas. Para os professores, as discussões em sala de aula sobre tópicos controversos são difíceis ou até desencorajados por medo de ofender os alunos ou os pais (Journell, 2022). Mas ensinar tópicos controversos e envolver os alunos em conversas difíceis é uma preparação essencial para entender a complexidade da sociedade e da história, e portanto, participar da vida cívica democrática. As escolas ensinam habilidades de pensamento crítico, essenciais para compreender e avaliar informações de várias fontes, identificar vieses analisar argumentos e tirar conclusões informadas. Ao ensinar o respeito pelos outros, incluindo a tolerância entre pessoas com diferentes pontos de vista políticos, e as habilidades para negociar diferenças, a educação constrói os alicerces do comprometimento essencial na vida democrática. Quando as instituições educacionais proporcionam experiências para grupos diversos de alunos aprenderem juntos e apreciarem outras perspectivas, isso tem o potencial de reduzir a discriminação e construir pontes entre pessoas com diferentes pontos de vista políticos.

Enquanto cada um dos desafios à democracia tenha efeitos corrosivos no papel da educação em preparar os alunos para a democracia, os aceleradores da tecnologia, da pandemia global e do conflito externo diminuem ainda mais a eficácia das escolas na preparação dos alunos para o engajamento democrático. Por exemplo, a tecnologia tem o potencial de desviar a atenção do aprendizado, de conexões significativas e interações sociais; criar câmaras de eco para alunos, professores e pais; disseminar desinformação; corroer a privacidade e a liberdade de expressão para citar alguns. Se a tecnologia for usada pelos alunos de maneiras que diminuam suas habilidades analíticas e de pesquisa - por exemplo, usando a inteligência artificial para enviar tarefas de pesquisa em vez de realizá-las eles próprios - isso também pode prejudicar o cultivo do pensamento crítico essencial para o engajamento democrático.

Quando as escolas foram fechadas e migraram para o ensino remoto para evitar a disseminação do coronavírus, elas priorizaram o ensino de habilidades básicas. Isso levou à perda de aprendizado em disciplinas não priorizadas, como cidadania, história e ciência, e também ampliou a lacuna de desempenho entre os alunos de diferentes origens raciais e socioeconômicas (Reimers, 2021). A pandemia também enfraqueceu a confiança nas instituições, incluindo escolas e governos, entre aqueles que acreditavam que essas instituições falharam em protegê-los do vírus. Essa situação

levou ao aumento da polarização, à medida que as pessoas se tornavam mais divididas em questões como obrigatoriedade de máscaras e vacinação. Todas essas situações reduziram a capacidade das pessoas de ter conversas produtivas sobre questões importantes e negociar diferenças, que se estenderam às instituições educacionais, criando desafios para professores e líderes escolares. Uma pesquisa com 359 líderes de distritos e redes de escolas autônomas (Charter Schools) conduzida pela RAND Corporation entre 25 de outubro de 2021 e 10 de dezembro de 2021 constatou que três quartos dos líderes de distritos relataram “que a polarização política em relação à segurança ou às vacinas da COVID-19 estava interferindo em sua capacidade de educar os alunos em 2021-2022” (Diliberti & Schwartz, 2022).

De uma perspectiva dialética, no entanto, enquanto essas forças minam a democracia e a capacidade das escolas de educar para a democracia, as escolas e os professores podem abordar essas forças à medida que educam no contexto do declínio democrático. As instituições educacionais podem ajudar os alunos a reconhecer os três aceleradores dos desafios à democracia e desenvolver habilidades que mitiguem seus efeitos. Professores podem incluir componentes de alfabetização midiática em suas aulas para treinar os alunos a identificar desinformação. Políticas e programas educacionais podem contrabalançar o impacto da COVID-19 e recuperar a perda de aprendizado, especialmente em domínios como cidadania, história e ciência. A educação também pode preparar os alunos para entender e analisar conflitos internacionais e como eles podem levar à influência estrangeira no processo democrático.

Enfrentando os Desafios à Democracia por Meio da Educação

Os seis artigos desta edição especial examinam como as instituições educacionais contribuem para a democracia, seja conceitualmente ou por meio de evidências empíricas. Suas metodologias variam entre estudos de caso, sínteses de pesquisa, análises secundárias de dados e análises normativas. Todos eles adotam a premissa de Dewey (1916) de que a experiência da democracia é essencial para o desenvolvimento de hábitos e disposições democráticas. Apesar da natureza universal dos princípios democráticos, a dinâmica de como esses princípios se manifestam no papel das escolas é contextual, portanto, examinar como a dialética dessa relação molda as respostas das escolas ao declínio democrático requer análise da educação democrática em contextos diversos. Alguns dos artigos sintetizam evidências de diversas fontes em apoio a análises amplas de educação e democracia no Japão, Cingapura, África do Sul e Estados Unidos.

Em *Educação Cívica, Cidadania e Democracia*, Lorin Anderson argumenta que há uma discordância significativa entre escolas - dentro e entre nações - sobre conhecimentos, habilidades e disposições relevantes que as escolas devem desenvolver para preparar os alunos para o exercício da cidadania. Com base nos estudos comparativos de educação cívica da Associação Internacional para Avaliação de Conquistas Educacionais, Anderson examina os objetivos da educação cívica, o conhecimento, o engajamento, as atitudes e os valores, e como a cidadania é ensinada nas escolas. Anderson discute deficiências desses estudos internacionais, que se concentram principalmente no conhecimento conceitual em vez do conhecimento procedimental, permitindo que os alunos decidam o significado de conceitos básicos e usando uma pontuação composta de desempenho estudantil no conhecimento cívico. A análise de Anderson destaca que a maneira como as escolas educam está desalinhada com os desafios novos e antigos à democracia e é improvável de produzir uma resposta que possa fortalecer as instituições democráticas, que estão cercadas.

Em *Pensamento Crítico e as Condições da Democracia*, Nicholas Burbules sugere que se sabe muito menos sobre como cultivar a disposição do que a habilidade de pensar criticamente. Pensar criticamente requer uma forma de autocrítica que pode abrir nossas mentes para as perspectivas dos outros. Essa consciência de nossas próprias limitações, argumenta Burbules, surge da interação com

outros que podem tornar essas limitações evidentes. Novas formas de mídia que podem personalizar mensagens e “câmaras de eco” online criam um contexto social que mina a disposição para o pensamento crítico. Burbules explica que há perigos inerentes em trazer a religião para a vida pública, uma vez que, por definição, as crenças religiosas não são falíveis e, portanto, inadequadas como base para o pensamento crítico. O artigo de Burbules confirma e amplia uma perspectiva dialética sobre educação e democracia, ou seja, os desafios que a democracia enfrenta por sua vez desafiam as condições para desenvolver algumas das principais disposições para sustentar a democracia.

Raça, Classe e o Projeto Democrático na Educação Sul-Africana Contemporânea: Formulando e Reformulando a Lei, Crain Soudien examina como a série de reformas educacionais desde a transição para a Democracia na África do Sul tem apoiado os direitos dos cidadãos de determinar a educação que seus filhos devem receber. Soudien examina os desafios de avançar as aspirações democráticas do Ato das Escolas Sul-Africanas, que é oposto por organizações de pais brancos e de classe média, exercendo seu direito de participar. No cerne dessa análise está o dilema de conciliar o direito de indivíduos e grupos a participar para promover seus próprios interesses, enquanto atende às necessidades do público em geral. As reformas sul-africanas criaram um espaço considerável para os pais participarem na governança das escolas, elegendo os governantes das escolas a cada três anos, criando assim uma oportunidade para a prática da democracia. Este artigo ilustra como as dialéticas da relação entre educação e democracia tratam de como as tensões e contradições são negociadas. No caso sul-africano, a desigualdade social desafia a democracia, assim como a educação para a democracia, uma vez que a participação dos pais e as contribuições financeiras voluntárias às escolas acabam reforçando a desigualdade educacional de maneiras que minam a educação democrática.

Em *Desafios na Promoção da Participação Democrática na Educação Japonesa*, Yuko Nonoyama-Tarumi examina se as escolas japonesas estão organizadas de maneira que os alunos possam experimentar a convivência democrática - em termos da experiência dos alunos com a diversidade dentro das escolas - e se elas oferecem oportunidades para os alunos desenvolverem a capacidade de relacionar o que aprendem com o mundo fora da escola. Usando dados de estudantes da pesquisa PISA, ela constata que as escolas japonesas são altamente segregadas por origem socioeconômica e conquistas acadêmicas. Ela também constata que os alunos participam muito pouco em sala de aula ou em debates abertos e têm oportunidades limitadas de aplicar conceitos científicos a questões reais. Ela argumenta que essas características da educação japonesa contribuem para a apatia política dos jovens e para o ativismo limitado da juventude no Japão, destacando assim o papel da segregação escolar em limitar as oportunidades para o desenvolvimento de experiências e disposições democráticas.

Em *Educação em uma Sociedade Democrática e Meritocrática: Avançando Além do Prosperar para o Florescer*, Ee Ling Low examina como a segregação social e acadêmica mina a educação para a democracia em um contexto de Cingapura. Historicamente, Cingapura tentou oferecer oportunidades educacionais iguais para todos, com o principal motor da política educacional sendo o desenvolvimento econômico. Cingapura segmenta os alunos em diferentes trajetórias com base em seu “mérito acadêmico”, com o objetivo de proporcionar a todos os alunos oportunidades semelhantes. Debates recentes sobre políticas enfatizaram a necessidade de ampliar a definição de “mérito educacional” para evitar a estratificação social dos alunos que são classificados em diferentes estratos acadêmicos. Isso levou a um interesse renovado nos objetivos da educação e nos mecanismos usados para classificar os alunos em diferentes trajetórias e selecionar professores. Low argumenta que essa reconceitualização do mérito acadêmico deve levar a três objetivos para a educação: resiliência dos alunos, promoção de valores humanos e caminhos para a educação ao longo da vida.

Em *Especulações sobre Experiências na Educação Pública e a Saúde da Democracia Nacional*, David C. Berliner examina a diferença no alinhamento intencional entre escolas que preparam os alunos para a convivência democrática e aquelas que educam os alunos para o emprego, à luz dos debates atuais nos Estados Unidos sobre se as escolas devem buscar o objetivo de educação democrática. Berliner examina como um compromisso de educar para a convivência democrática requer a criação de oportunidades para vivenciar a democracia na educação, o que pode incluir dar aos alunos escolha sobre o que estudar, embora muito poucas escolas o façam. Limitando o papel das escolas na educação para a democracia, ele argumenta, estão (1) as práticas contemporâneas de avaliação, às quais alunos, professores e escolas são responsáveis, e (2) as muitas pressões enfrentadas por professores e escolas para limitar o currículo e restringir a liberdade de informação. Os efeitos cumulativos desses fatores limitam o desenvolvimento da autonomia e responsabilidade dos alunos ou proporcionam oportunidades para os alunos vivenciarem uma educação significativa para a democracia. Berliner argumenta que a existência de conselhos escolares independentes e o aumento das interações entre escolas e comunidades são cruciais para preparar os alunos para a democracia. Ele também defende fortemente as escolas públicas como sendo as mais alinhadas com aspirações democráticas.

Conclusões e Implicações

Coletivamente, os seis artigos desta edição especial destacam como as escolas estão preparando os alunos inadequadamente para o engajamento democrático e a limitação das respostas educacionais atuais para os desafios à democracia, no contexto dos efeitos acelerados da tecnologia, pandemia e conflito. Ao examinar a relação entre educação e democracia, esses artigos focam principalmente em como as limitações à democracia também limitam a educação para a democracia. Um tema comum ao longo dos artigos é como a desigualdade social se traduz em desigualdade educacional, o que impede oportunidades amplas e equitativas para a educação democrática dentro e entre escolas. Em diversos contextos, as contribuições destacam que a função democrática das escolas é contestada e minada por abordagens educacionais limitadas, assim como por forças sociais poderosas que segregam os alunos em escolas com base em classe, raça e desempenho acadêmico, limitando as oportunidades dos alunos de aprender com suas diferenças.

Os desafios seculares e novos à democracia discutidos aqui, e a maneira como esses desafios limitam a capacidade das escolas de educar os alunos para a democracia, exigem respostas amplas e sistêmicas das escolas que enfrentem diretamente esses desafios. No entanto, nenhum desses artigos fornece evidências ou argumentos sugerindo que escolas específicas em comunidades ou nações específicas podem - ou estão - contestando os desafios à democracia e ao declínio democrático. Nesse sentido, os artigos sugerem que as dialéticas da relação, como proposto na primeira seção desta introdução, são em grande parte caracterizadas por retrocessos mutuamente reforçados na democracia e na educação para a democracia.

Dada a enormidade dos desafios à democracia e à educação para a democracia, as respostas educacionais eficazes exigem um foco claro das escolas em conhecimentos, habilidades, disposições e experiências educacionais relevantes para ajudar os alunos a desenvolverem hábitos de convivência democrática, como observado por Anderson, Berliner, Burbules e outros colaboradores desta edição. Tais oportunidades devem ir além do ensino de cidadania em um curso isolado e abordar as várias alavancas que moldam as experiências cotidianas dos alunos nas escolas, desde a forma como os alunos são separados nas escolas (veja Nonoyama-Tarumi, Low, esta edição) até a forma como eles aprendem ciências e outras matérias (veja Soudien, esta edição) e se e como os alunos aprendem a pensar, analisar, debater e negociar (veja Burbules, esta edição). Como demonstra Soudien (esta edição), as oportunidades para a participação dos pais também devem ser conciliadas com a criação

de comunidades diversas de alunos nas escolas. Tudo isso exigirá apoio aos professores para desenvolver as competências pedagógicas necessárias e para os gestores escolares sustentarem culturas escolares que possibilitem uma educação para a democracia.

Mas enquanto os autores dos artigos desta edição especial apoiam essas ideias, eles não explicam como transformar os sistemas educacionais existentes em sistemas nos quais esse compromisso com a educação democrática seja evidente. Isso é uma limitação importante da pesquisa existente. Precisamos avançar do entendimento de quais práticas educacionais se relacionam com a convivência democrática e começar a entender *como* transformar escolas e sistemas para que se tornem mais democráticos. Precisamos de mais pesquisas sobre potenciais processos de transformação do sistema e estudos específicos sobre como a educação democrática se parece em contextos onde a democracia é desafiada nas várias formas descritas neste artigo.

Se as escolas devem resistir aos novos e antigos desafios enfrentados pelas democracias em todo o mundo, esse trabalho exigirá um compromisso claro com seu papel democrático, traduzido em estratégias sistêmicas capazes e coerentes para criar escolas e sistemas escolares onde os alunos aprendam a viver e praticar de maneira democrática. Dadas as limitações das evidências discutidas nestes artigos, políticas e programas que apoiam essa resposta abrangente requerem novas evidências. Essas evidências devem examinar como as escolas contribuem atualmente para o desenvolvimento do conhecimento e da gama completa de disposições essenciais para a convivência democrática. Deve explorar como as escolas abordam os desafios novos e antigos à democracia e se ou como fazem isso além dos estreitos “contêineres” da educação cívica e dos estudos sociais.

Agendas e programas de pesquisa futuros devem informar diálogos educacionais e sociais, que podem animar as dialéticas da educação e da democracia. Em vez de simplesmente se adaptar a indicadores de declínio da democracia e outros desafios discutidos neste artigo, os educadores devem desafiá-los vigorosamente e de maneira eficaz. Ao fazer isso, eles fortalecerão seus esforços para sustentar a democracia e ajudar as escolas a fazerem mais do que reproduzir o contexto social em que habitam - tornando-as lugares que antecipam um futuro melhor e mais democrático.

Referências

- Andersen, R., Burgoon, B., & van de Werfhorst, H. (2014). Inequality, legitimacy, and the political system. In R. Andersen, B. Burgoon & H. van de Werfhorst, *Changing inequality in rich countries: Analytical and comparative perspectives* (pp. 218-238). Oxford University Press.
<https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199687435.003.0009>
- Anti-Defamation League. (2023). *Antisemitism worldwide, report for 2022*.
https://www.adl.org/sites/default/files/pdfs/2023-04/AntisemitismWorldwide_e.pdf
- Bennett, W. L., & Livingston, S. (2018) The disinformation order: Disruptive communication and the decline of democratic institutions *European Journal of Communication*, 33(2), 122–139.
<https://doi.org/10.1177/0267323118760317>
- Carothers, T., & O'Donohue, A. (Eds.) (2019). *Democracies divided. The global challenge of political polarization*. Brookings.
- Deiwiks, C. (2009). Populism. *Living Reviews in Democracy*, 1, 1-9.
- Devine, D., Gaskell, J., Jennings, W., & Stoker, G. (2021). Trust and the Coronavirus pandemic: What are the consequences of and for trust? An early review of the literature. *Political Studies Review*, 19(2), 274–285. <https://doi.org/10.1177/1478929920948684>
- Dewey, J. (1916/1966). *Democracy and education: An introduction to the philosophy of education*. The Free Press; Collier-Macmillan.

- Diliberti, M. K., & Schwartz, H. L. (2022). *District leaders' concerns about mental health and political polarization in schools: Selected findings from the Fourth American School District Panel Survey*. RAND Corporation.
- Dridi, M. (2014). Corruption and education: Empirical evidence. *International Journal of Economics and Financial Issues*, 4(3), 476-493.
- Dunn, K., & Singh, S. (2014). Pluralistic conditioning: Social tolerance and effective democracy. *Democratization*, 21(1), 1-28. <https://doi.org/10.1080/13510347.2012.697056>
- Hahn, C. L. (2010) Comparative civic education research: What we know and what we need to know. *Citizenship Teaching and Learning*, 6(1), 5-23. https://doi.org/10.1386/ctl.6.1.5_1
- Hakhverdian, A., & Mayne, Q. (2012). Institutional trust, education, and corruption: A micro-macro interactive approach. *The Journal of Politics*, 74(3), 739–750. <https://doi.org/10.1017/S0022381612000412>
- Hallak, J., & Poisson, M. (2005). Ethics and corruption in education: An overview. *Journal of Education for International Development*, 1(1).
- Hegel, Georg Wilhelm Friedrich (1812/1991) *The Encyclopedia Logic: Part 1 of the Encyclopaedia of Philosophical Sciences [Enzyklopädie der philosophischen Wissenschaften I]*, translated by T.F. Geraets, W.A. Suchting, and H.S. Harris, Indianapolis: Hackett, 1991.
- Helms, L. (2022). Political oppositions in democratic and authoritarian regimes: A state-of-the-field(s). *Government and Opposition*, 58, 391–414. <https://doi.org/10.1017/gov.2022.25>
- Journell, W. (2022). Classroom controversy in the midst of political polarization: The essential role of school administrators. *NASSP Bulletin*, 106(2), 133–153. <https://doi.org/10.1177/01926365221100589>
- Mahler, D. G., Yonzan, N., & Lakner, C. (2022). *The impact of COVID-19 on global inequality and Poverty*. [Working paper]. The World Bank. <https://doi.org/10.1596/1813-9450-10198>
- Manheim, K., & Kaplan, L. (2019). Artificial intelligence: Risks to privacy and democracy. *Yale Journal of Law and Technology*, 21, 106-188.
- Marzocchi, O. (2020). *The impact of Covid-19 measures on democracy, the rule of law and fundamental rights in the EU*. European Parliamentary Research Service (EPRS). Retrieved from <https://policycommons.net/artifacts/1337138/the-impact-of-covid-19-measures-on-democracy-the-rule-of-law-and-fundamental-rights-in-the-eu/1944798/> on 04 Apr 2023. CID: 20.500.12592/r87n20.
- Müller, J. W. (2017). *What is populism?* University of Pennsylvania Press. <https://doi.org/10.9783/9780812293784>
- O'Connor, S., Hanson, F., Currey, E., & Beattie, T. (2020) *Cyber-enabled foreign interference in elections and referendums*. Australian Strategic Policy Institute.
- Plattner, M. F (2020). Democracy embattled. *Journal of Democracy*, 31(1), 5-10. <https://doi.org/10.1353/jod.2020.0000>
- Reimers, F. (Ed.) (2021). *Primary and secondary education during COVID-19*. Springer. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-81500-4>
- Repucci, S., & Slipowitz, A. (2021). Democracy in a year of crisis. *Journal of Democracy*, 32(2), 45-60. <https://doi.org/10.1353/jod.2021.0018>.
- Schleicher, A. (2018). *PISA 2018. Insights and interpretations*. OECD.
- Schulz, W., Ainley, J., Fraillon, J., Losito, B., Agrusti, G., & Friedman, T. (2017). *Becoming citizens in a changing world. IEA International Civic and Citizenship Education Study 2016 International Report*. Springer. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-73963-2>
- Seligson, M. A. (2002). The impact of corruption on regime legitimacy: A comparative study of four Latin American countries. *The Journal of Politics*, 64(2), 408-433. <https://doi.org/10.1111/1468-2508.00132>

- Transparency International. (2021). *Addressing corruption as a driver of democratic decline. Positions towards Summit for Democracy*. <https://www.transparency.org/en/publications/summit-for-democracy-2021-addressing-corruption-democratic-decline>
- Tucker, J. A., Theocharis, Y., Roberts, M. E., & Barberá, P. (2017). From liberation to turmoil: Social media and democracy. *Journal of Democracy*, 28(4), 46-59. <https://doi.org/10.1353/jod.2017.0064>

Sobre o Autor/Editor

Fernando M. Reimers

Universidade de Harvard

Fernando_Reimers@gse.harvard.edu

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8081-3663>

Fernando Reimers é o Ford Foundation Professor de Prática em Educação Internacional e Diretor da Global Education Innovation Initiative (Iniciativa de Inovação em Educação Global) na Universidade de Harvard. Ele é membro eleito da Academia Nacional de Educação dos Estados Unidos e da Academia Internacional de Educação.

Dossiê Especial

Educação e os Desafios para a Democracia

Volume 31 Número 102

19 de setembro 2023

ISSN 1068-2341



Este artigo pode ser copiado, exibido, distribuído e adaptado, desde que o(s) autor(es) e *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas* sejam creditados e a autoria original atribuídos, as alterações sejam identificadas e a mesma licença CC se aplique à obra derivada. Mais detalhes sobre a licença Creative Commons podem ser encontrados em <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas* é publicado pela Mary Lou Fulton Teachers College, Arizona State University. Os artigos que aparecem na AAPE são indexados em CIRC (Clasificación Integrada de Revistas Científicas, España) DIALNET (Espanña), [Directory of Open Access Journals](#), EBSCO Education Research Complete, ERIC, Education Full Text (H.W. Wilson), PubMed, QUALIS A1 (Brazil), Redalyc, SCImago Journal Rank, SCOPUS, Socolar (China).

Sobre o Conselho Editorial: <https://epaa.asu.edu/ojs/about/editorialTeam>

Para erros e sugestões, entre em contato com Fischman@asu.edu

EPAA Facebook (<https://www.facebook.com/EPAAAPE>) **Twitter feed** @epaa_aape.